

O Poder Aéreo no Século XXI

Air Power in the XXI Century

Flávio Pedroso Mendes*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 138, jul.-ago. 2013 [p. 17 a 22]

Algumas instâncias de uso da força no pós-Guerra Fria reacenderam o interesse de estudiosos e pesquisadores sobre o potencial do emprego independente de recursos aéreos na guerra. Em particular, a campanha aérea da coalizão liderada pelos EUA contra o Iraque nos primeiros meses da Guerra do Golfo de 1991, bem como a guerra puramente travada pelo ar pela força aérea da OTAN contra as forças de Milosevic na Guerra do Kosovo de 1999, contribuíram para dar novo fôlego àqueles que acreditam na possibilidade de vitórias rápidas, relativamente baratas – em termos de recursos materiais e humanos – e decisivas a partir do emprego de recursos de poder aéreo. (Pape, 1996; Byman e Waxman, 1999 e Byman e Waxman, 2000; Press, 2001; Stigler, 2002) Mais recentemente, a campanha aérea de Israel no Líbano em 2006 e o envolvimento da OTAN na guerra civil líbia, novamente pelo uso de força exclusivamente aérea, parecem indicar que se tem levado a sério a promessa dos entusiastas da aviação militar.

Em parte, desenvolvimentos tecnológicos incentivaram a nova onda de interesse no emprego de força aérea para a resolução de conflitos políticos, particularmente os expressivos avanços na área de munições guiadas de precisão. (Pape, 1997) O aumento significativo da precisão dos bombardeios levou inclusive à elaboração de uma forma nova e supostamente revolucionária de emprego independente de forças aéreas: a *decapitação* – ataques cirúrgicos contra lideranças políticas e militares oponentes. (Warden III, 1992) De outra parte, a nova realidade da política internacional pós-Guerra Fria também tem algo a ver com este processo. O fim da rivalidade bipolar criou a expectativa de que as principais ameaças aos interesses e valores ocidentais (diga-se, centrados na potência unipolar, os EUA) viriam agora de ‘Estados bandidos’ (*rogue states*) na periferia, relativamente fracos, mas capazes de causar instabilidade regional. A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 reforçou essa crença, que se intensificou quando assumiram nova relevância as temáticas da proliferação nuclear e, após 2001, também a do terrorismo. A razão é que enquanto uma guerra ‘limpa’ e limitada pelo ar contra outras potências teria de fato poucas chances de obter resultados políticos significativos, a precariedade e vulnerabilidade das novas ameaças torná-las-iam supostamente mais suscetíveis a pressão e vitória pelo ar. Neste novo contexto, estuda-se até o papel do poder aéreo para forçar mudanças de regime – um dos propósitos políticos tradicionalmente mais demandantes e dispendiosos. (Fahrenkrug, 2006)

Diante deste quadro de interesse crescente pela utilidade do poder aéreo nas relações internacionais, este artigo se propõe a revisitar uma das maiores expressões contemporâneas de teorização acerca do emprego ótimo de recursos aéreos em combate: *The Air Campaign: Planning for Combat*, de John A. Warden III¹. A obra de Warden III revela uma impressionante constância de noções e conceitos que datam desde os primeiros teóricos sistemáticos do emprego de força aérea, como Douhet, Mitchell e Seversky. (Warner, 1943; MacIsaac, 1986) Porém, o autor demonstra

* Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, possui mestrado em Estudos Estratégicos pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppe/UFRJ e doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – IRI/USP (flaviopedroso@ie.ufu.br).

¹ Daqui em diante, Warden III, 1989.

uma sensibilidade pouco comum entre doutrinadores a respeito da primazia do elemento político na guerra e da necessária relação entre meta bélica e objetivo político.

Para Warden III, o objetivo era identificar no campo aéreo a relevância de supostos princípios da guerra já amplamente reconhecidos em campanhas terrestres e marítimas. A análise desses princípios na guerra no ar, contudo, requereria atenção e esforços à parte, diante das características distintivas dos recursos aéreos: “o que será reafirmado após a leitura de *The Air Campaign* é que a velocidade e o alcance das forças aéreas impõem problemas próprios e oferecem vantagens especiais centradas nos princípios de massa e concentração, bem como no seu corolário, a economia de força”. (Warden III, 1989, p. xx; tradução nossa) Logo de início, deve-se salientar que a crença na existência de ‘princípios’ gerais da guerra afasta Warden III da corrente clausewitziana e científica do estudo do bélico, aproximando-o da perspectiva jominiana. (Shy, 1986; Proença Jr, Diniz e Raza, 1999)

Partindo de uma categorização das dimensões envolvidas numa guerra, que nada têm a ver com a quebra analítica do fenômeno, mas com a separação de instâncias decisórias, Warden III alegadamente tenciona construir uma teoria de nível operacional – referente a decisões concretas de emprego dos meios de força para a consecução de metas estratégicas. Aqui, a incorporação da noção de “centro de gravidade”, termo criado e teoricamente desenvolvido por Clausewitz (1993), aparece imediatamente na concepção de Warden III de planejamento operacional.

Duas grandes premissas compõem o pensamento de Warden III e delas derivam suas principais lições, ambas evidenciando uma forte linearidade na teorização do poder aéreo: (i) de todas as metas concebíveis, a obtenção de superioridade aérea antecede e supera todas as outras e deve sempre ser buscada se houver os meios necessários; (ii) embora haja pontos fortes e fracos a ambos os lados, o ataque é o lado mais favorecido pelas características intrínsecas ao poder aéreo para atingir resultados decisivos. Para o autor, não obstante o surgimento relativamente recente da dimensão aérea na guerra, um padrão histórico já parece ter-se formado: desde a investida alemã contra a Polônia, em 1939, nenhum país venceu uma guerra diante de um oponente que detivesse superioridade aérea. Aqui, superioridade aérea é entendida como a capacidade de realizar operações aéreas contra as forças ou o território do oponente sem sofrer oposição séria, enquanto essa capacidade é negada ao adversário. É impossível superestimar a relevância alocada à superioridade aérea pela teorização de Warden III: “uma vez aceita a superioridade aérea como objetivo primário, então claramente todas as operações devem ser subordinadas – nos limites demandados – à sua obtenção”. (Warden III, 1989, p. 13; tradução nossa) Não apenas as demais operações aéreas devem se subordinar a essa meta, é crucial ressaltar, mas também as *forças terrestres e navais* devem, tanto quanto lhes for permitido, despender esforços nessa direção – atacando e ocupando bases e campos de aviação, por exemplo.

Os principais problemas intrínsecos à defesa em campanhas aéreas seriam, para o autor: (i) são geralmente necessários mais aviões para abater um único avião oponente em combate; (ii) assumir a defensiva significa passar a iniciativa para o oponente, que passa a deter a vantagem da surpresa, tornando mais difícil concentrar esforços para enfrentar suas possíveis investidas – a não ser na presença de uma disposição de bases com a capacidade de apoio mútuo efetivo e de um sistema de alerta eficiente e confiável²; (iii) aviões na espera de um ataque inimigo não estão sendo aproveitados, nem para pressionar o oponente. Já o atacante, por inversão quase pura, deteria todas essas vantagens negadas ao defensor: poderia ser bem-sucedido com uma força menor, teria a iniciativa e a capacidade de concentrar com surpresa, e colocaria em uso efetivo e positivo todos os recursos disponíveis.

Warden III reconhece que a defesa em campanhas terrestres é intrinsecamente mais forte do que o ataque, embora considere, para entrar no edifício clausewitziano, apenas a defesa pura³. O contraste da guerra no ar com

2 Warden III, assim como seus predecessores das primeiras décadas do século XX, parece acreditar que um sistema terrestre de comunicação eficiente para coordenar a defesa contra uma ofensiva aérea é algo raro e difícil de organizar. Essa crença, porém, desconsidera o expressivo sucesso da Força Aérea Real, apoiada por seu sistema de bases interconectadas – com tecnologia do início dos anos 40, diga-se de passagem, quando o radar era ainda uma novidade a ser aprimorada –, contra a Luftwaffe durante a Batalha da Inglaterra.

3 Para a distinção, com base em Clausewitz, entre defesa pura e defesa plena, ver: Diniz, 2002; Proença Jr e Diniz, 2006.

a guerra terrestre, nesse aspecto, seria devido a características (táticas) próprias das aeronaves e do combate aéreo: maior mobilidade e capacidade de concentração e inexistência das vantagens de terreno e posição, possíveis em terra. Entretanto, Warden III curiosamente negligencia vantagens inerentes ao defensor, como maior proximidade com a base de operações e seus impactos logísticos e táticos – particularmente nos *trade-offs* combustível/velocidade/manobras e combustível/armamentos – e o fato de que um piloto sobrevivente de um avião abatido nos céus de seu país é um recurso rapidamente reutilizável. Grave ainda é a desconsideração, reconhecida pelo autor, dos sistemas terrestres de defesa antiaérea, em tempos de avanços notáveis nesse campo. (Elsam, 1989)

Inerentemente mais forte e responsável pelos resultados mais decisivos, a ofensiva deve, então, ocupar prioritariamente a mente dos planejadores de campanha. Para obter superioridade aérea, a chave encontra-se na identificação do centro de gravidade aéreo do oponente, ou seja, do ponto em que haja a aplicação ótima de força e os resultados esperados sejam mais decisivos. O autor se recusa a apontar regras gerais, devendo o comandante operacional julgar caso a caso. No entanto, apresenta-se uma lista limitada de possibilidades:

O centro de gravidade aéreo do oponente pode residir nos equipamentos (número de aviões ou mísseis); na logística (quantidade e resistência do abastecimento); na geografia (localização e número de instalações operacionais e de apoio); no pessoal (número e qualidade dos pilotos); ou no comando e controle (importância e vulnerabilidade). (Warden III, 1989, p. 34-35; tradução nossa)

As outras operações em que os recursos aéreos podem ser empregados, garantida a superioridade aérea, são de *interdição* e de *apoio aéreo próximo*. O primeiro tipo de operações compreende agir entre as forças avançadas de superfície do oponente e sua base de operações, ou entre setores laterais do front, destruindo ou ao menos atrasando movimentos em suas linhas de comunicação, sejam de reforços ou de unidades de abastecimento. Apoio aéreo próximo se refere a operações que interfiram diretamente no enfrentamento entre forças de superfície, em que o poder de fogo dos aviões funciona virtualmente como uma artilharia aérea contra as forças oponentes durante o combate. Na teorização de Warden III, operações de interdição parecem ocupar o segundo lugar em prioridade, logo atrás do estabelecimento de superioridade no ar. Isso porque a interdição implica agir em pontos que, em tese, as forças de superfície não são capazes de alcançar. Quanto ao apoio aéreo próximo, Warden III acredita que seu aproveitamento ótimo reside em conservar os recursos aéreos na qualidade de *reserva operacional*, ou seja, como aquilo que é empregado somente quando algum desenvolvimento no combate indicar oportunidades a serem exploradas, no intuito de maximizar e potencializar o auxílio às forças de superfície.

A defensiva aérea deve ser, por consequência, evitada quando a ofensiva é uma opção. Nos outros casos, quando a defensiva é imposta pelas circunstâncias – seja por impossibilidade material, seja pela necessidade de ganhar tempo –, a chave para o sucesso é, acredita Warden III, concentrar o maior número de baixas do oponente no menor espaço de tempo possível. Em outras palavras, a ofensiva tem de parecer demasiado cara e seu preço precisa ser percebido rapidamente pelo agressor. Dois princípios gerais contribuem, segundo o autor, para produzir esse resultado: (i) concentração de força, ou seja, procurar enfrentar o oponente com superioridade tática sempre que possível, e (ii) reconhecer que não se podem defender todos os lugares ao mesmo tempo, vale dizer, que escolhas certas devem ser feitas e delas depende a concretização do princípio anterior. A lição importante aqui é que o balanço estratégico de forças no teatro de operações é menos importante do que a correlação de força que se pode produzir nos enfrentamentos individuais. No entanto, sendo o ataque inerentemente mais forte do que a defesa, não fica claro como um defensor, por suposto incapaz materialmente de assumir a ofensiva, poderia impor danos grandes o suficiente ao oponente para que o seu ataque pareça custoso demais. Aqui há, parece-nos, uma clara contradição no argumento de Warden III.

Outra parte aparentemente paradoxal em Warden III nasce ainda de sua defesa da viabilidade de se manter uma reserva operacional. A maneira como essa possibilidade pode ser combinada com os princípios de massa e concentração fica, entretanto, pouco clara. Ademais, diante da pouca utilidade da arbitrária tipologia decisória das dimensões da guerra utilizada por Warden III, fica ainda pouco clara a exata noção do que seja uma “reserva operacional”. Falta ao termo a devida correspondência com a natureza essencial do fenômeno, tal qual existe entre as concepções de tática e estratégia em Clausewitz. Reservar parte de uma força para o emprego num dado enfrentamento (tática), depois que alguns desdobramentos já possam ser observados, é uma coisa; reservar essa mesma parcela para alocação entre diferentes setores de um teatro de operações, em resposta a mudanças na situação estratégica, é outra coisa bastante diferente e com distintas implicações.

Contudo, é surpreendente o tratamento razoável que Warden III reserva ao relacionamento entre meta bélica e o objetivo político da guerra, algo pouco comum esperado de um trabalho altamente doutrinário e comprometido com a promoção de um dos serviços das forças armadas. Nas palavras do autor, “o objetivo militar que produzirá o comportamento desejado por parte do inimigo estará relacionado ao objetivo político e, por seu turno, influenciará amplamente o plano de campanha elaborado para atingi-lo”. (Warden III, 1989: 109; tradução nossa) Ainda, com o benefício de mais de meio século que o separa de Douhet, Warden III coloca forte dúvida sobre o potencial dos bombardeios contravalor⁴, mirados no moral de populações civis, para produzir resultados políticos significativos. Em substituição, a ênfase para a produção de resultados decisivos parece mesmo ser – conquistada a tão essencial superioridade aérea, naturalmente – a interdição entre forças de frente e sua base de operações, particularmente em nódulos de transporte e de produção/acesso a combustíveis.

Por fim, é preciso salientar um aspecto importante da crença na superioridade intrínseca do ataque sobre a defesa na guerra pelo ar. Além de ser questionável em termos táticos, estratégicos e logísticos – pelo menos desde a Batalha da Inglaterra, na Segunda Guerra Mundial –, como se observou anteriormente, essa crença pode ter implicações políticas potencialmente desastrosas. O que torna um relacionamento político particularmente instável, quando opções militares estão sendo consideradas, é a expectativa de que a vantagem se encontra em tomar a iniciativa antes que o outro lado o faça. (Schelling, 1966) Nesse tipo de situação, criam-se incentivos a ações preemptivas diante do menor sinal, mesmo que ambíguo, de que o outro lado está prestes a agir. O potencial de conflito aumenta significativamente e uma guerra desnecessária pode ter lugar, simplesmente porque o risco de esperar parece ser proibitivo. Portanto, há que se ter cuidado com doutrinas como a avançada por Warden III, herdada dos fundadores do pensamento sobre a guerra no ar, que colocam um prêmio na ação contra a prudência e a ponderação, pois politicamente o efeito pode ser nefasto.

Referências bibliográficas

- BYMAN, Daniel L.; WAXMAN, Matthew C.; LARSON, Eric. (1999). *Air Power as a Coercive Instrument*. Santa Monica: RAND.
- BYMAN, Daniel L.; WAXMAN, Matthew C. (2000). “Kosovo and the Great Air Power Debate”. in: *Internacional Security*. Vol. 24, nº 4, (spring). pp. 5-38.
- CLAUSEWITZ, Carl von. (1993). *On War*. 1a. Ed. New York: Alfred A. Knopf.
- DINIZ, Eugenio. (2002). *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ. Mimeo.

4 Para a crítica recente mais severa ao potencial do bombardeio estratégico nas linhas de Douhet, ver Pape, 1996. Curiosamente, Warden III se mostra excessivamente otimista quanto à utilidade do bombardeio estratégico em Warden III, 1992.

- ELSAM, M. B. (1989) *Air Defense*. Washington: Brassey's Air Power.
- FAHRENKRUG, David. (2006). *Regime Change and the Role of Air Power*. Alabama: Air University Press.
- MACISAAC, David. "Voices from the Central Blue: the Air Power Theorists". in: PARET, Peter (Ed). (1986). *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. 1a. Ed. New Jersey: Princeton University Press. pp. 624-647.
- PAPE, Robert A. (1996). *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*. 1a. Ed. Ithaca: Cornell University Press.
- PAPE, Robert A. (1997). "The Limits of Precision-Guided Air Power". in: *Security Studies*. Vol. 7, nº 2, (winter). pp. 93-114.
- PRESS, Daryl G. (2001). "The Myth of Air Power in the Persian Gulf War and the Future of Warfare". In: *International Security*, vol. 26, n. 2, pp. 5-44.
- PROENÇA Jr., Domício, DINIZ, Eugenio, RAZA, Salvador Guelfi. (1999). *Guia de Estudos de Estratégia*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio. (2006). *O Fenômeno Guerra*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos, Coppe/UFRJ. (Manuscrito inédito)
- SCHELLING, Thomas C. *Arms and Influence*. 1966. 1a. Ed. New Haven: Yale University Press.
- SHY, John. "Jomini". in: PARET, Peter (Ed). (1986). *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. 1a. Ed. New Jersey: Princeton University Press. pp. 143-185.
- STIGLER, Andrew L. (2002). "A Clear Victory for Air Power: NATO's Empty Threat to Invade Kosovo". In: *International Security*, vol. 27, n. 3, pp. 124-157.
- WARDEN III, John A. (1989). *The Air Campaign: Planning for Combat*. 1a. Ed. McLean: Pergamon-Brassey's International Defence Publishers.
- WARDEN III, John A. (1992). "Employing Air Power in the Twenty-first Century". in: SHULTZ, Richard H. (Ed.); PFALTZGRAFF, Robert L. (Ed.). (1992). *The Future of Air Power in the Aftermath of the Gulf War*. 1a. Ed. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press.
- WARNER, Edward. "Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air warfare". in: EARLE, Edward M (Ed.). (1943). *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 2a. Ed. Princeton: Princeton University Press. pp. 485-503.

Resumo

Diante do ressurgimento crescente do interesse no Poder Aéreo como instrumento de resolução de conflitos políticos internacionais, como fruto de desenvolvimentos tecnológicos e de desdobramentos políticos no pós-Guerra Fria, este artigo avalia criticamente expressões contemporâneas de teorização acerca do potencial dos meios aéreos de força, concentrando-se na obra de John A. Warden III (1989). Será evidenciada a continuidade de noções que datam desde os primórdios da teorização sobre a aviação militar, no início do século XX, bem como seus limites e problemas inerentes.

Abstract

In face of the recent enthusiasm regarding Air Power as an instrument for settling international political disputes, born out of technological developments and political transformations after the Cold War, this article critically evaluates some contemporary theoretical expressions about the potential of aerial means of force, focusing on

the work of John A. Warden III (1989). It will be demonstrated the continuity of notions that date back to the origins of military aviation theorization, in the beginning of the 20th Century, as well as their inherent problems and limitations.

Palavras-chave: Guerra; Poder Aéreo; Planejamento de Campanha

Key-words: War; Air Power; Campaign Planning

Recebido em 23/05/2013

Aprovado em 03/06/2013